

Recensão do livro “O Código Da Vinci”

“O Código Da Vinci” é um best-seller norte-americano de ficção que, depois de um investimento milionário em marketing, foi publicado recentemente em Portugal. A história do romance propõe a falsidade do cristianismo, que seria uma invenção da Igreja Católica mantida a qualquer preço ao longo dos séculos.

Diante da sugestão, nas primeiras páginas do livro, de que estaria baseado em factos reais, apresentamos uma resenha crítica publicada em

“El Confidencial Digital” (Espanha).

10/05/2004

São abundantes os romances, bem como as suas correspondentes adaptações cinematográficas, que se encaixam na chamada “teologaficção” para questionar a veracidade histórica do cristianismo. Não há dúvida que pretendem aproveitar-se comercialmente do escândalo que suscitam nos fiéis e, ao mesmo tempo, fazer sucesso com um público carente de cultura religiosa, mas ainda familiarizado com o imaginário cristão.

O autor de ‘O Código Da Vinci’, Dan Brown, emprega a velha fórmula de encher páginas com uma informação aparente que, na realidade, não tem nenhuma base histórica, artística ou

religiosa. Por isso, a crítica mais eloquente é, simplesmente, expôr friamente a sua tese, despojando-a dos fogos de artifício da teia de acção.

O enredo desse romance baseia-se em afirmar que Jesus foi casado com Maria Madalena, com quem teve uma filha. Este facto teria sido supostamente silenciado pela Igreja ao longo dos séculos, através de assassinatos e guerras. A hipótese, repetida por muitos detratores do cristianismo, não tem fundamento histórico algum, de modo que não é sustentada por nenhum exegeta católico ou protestante. No entanto, o autor parece considerar mais confiável o roteiro de “A última tentação de Cristo” do que séculos de estudos bíblicos.

A Igreja Católica aparece no livro como uma grande mentira histórica, produto de uma invenção do

imperador Constantino, que procurava uma religião para todo o império. Até esse momento, o cristianismo teria sido uma religião oriental pregada por um profeta judeu chamado Jesus, casado com uma certa Maria Madalena, com quem teve uma filha. O imperador teria fundido os ensinamentos cristãos com as tradições pagãs, para que fossem mais facilmente aceites pelo povo. Ele também promoveu o Concílio de Nicéia, onde submeteu a votação a declaração da divinidade de Jesus, que até então era um simples homem. Essa tergiversação fez com que fosse necessário destruir todos os relatos evangélicos e reescrevê-los, para demonstrar a divindade de Cristo. Nessa manipulação teria sido suprimida a figura da mulher de Jesus, convertendo-a na actual Maria Madalena.

Desde então, o aspecto feminino e sexual da religião cristã teria sido sistematicamente recusado pela Igreja. Esta ficção histórica permite ao autor do romance descrever a Igreja Católica — representada pelo Vaticano e pelo Opus Dei — como inimiga da mulher, da verdade e capaz de todo o tipo de crimes, chegando a afirmar que assassinou cinco milhões de mulheres.

Em contraste com a mentira do cristianismo apresenta como verdadeira religiosidade a dos cultos pré-cristãos, que adoravam a divindade feminina e praticavam o sexo sagrado.

A conclusão do romance é que não basta revelar a suposta verdade sobre o cristianismo, descobrindo as provas do casamento de Jesus com Maria Madalena, mas que é necessário que a Igreja Católica reconheça a sua impostura e os seus

crimes, voltando a adorar a divindade feminina, o que a obrigaria a mudar a sua doutrina moral sobre a sexualidade e sobre o sacerdócio de mulheres.

À luz do absurdo da sua tese de fundo, a veracidade do romance fica completamente comprometida, e as suas afirmações despropositadas caem pelo seu próprio peso. Há demasiada invenção, demasiada maldade, demasiada perversão para que seja ao menos verosímil. Os leitores mais inocentes, no entanto, podem ficar com a idéia de que a Igreja Católica (em particular o Vaticano e o Opus Dei) é uma instituição pouco digna de confiança.
